

Televisão, cidade e memória: a configuração do espaço urbano pela narrativa audiovisual

Christina Ferraz Musse*

Resumo

Este artigo tem por objetivo demonstrar as relações entre cultura, televisão e imaginário urbano, no Brasil, isto é, pretende evidenciar de que forma neste país a televisão atua como a principal mediadora das relações sociais e construtora das identidades coletivas. Para tanto, tomar-se-á como objeto de análise a implantação e o desenvolvimento da televisão na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. No período dos últimos sessenta anos (1950/2010), a evolução técnica da TV e a maneira como dela se apropriam os habitantes da cidade fornecem importantes pistas sobre a construção das novas sociabilidades, não mais vinculadas a um território, mas a redes técnicas de convívio e trocas. Ao resgatar as memórias de jornalistas, radialistas e outros profissionais da televisão, que contam a história da cidade, através das narrativas que construíram via televisão, chegamos a um rico mosaico de impressões sobre a constituição das identidades cada vez mais fluidas e efêmeras, em pleno século XXI. Se já existe uma grande produção sobre a influência da TV na constituição do imaginário brasileiro, a partir do ponto de vista das grandes metrópoles, é instigante mergulhar-se no típico cenário de uma das muitas cidades de porte médio do interior brasileiro, para aferir de que forma o veículo tem influenciado na (des)politização dos cidadãos e na maneira como eles interagem com seu entorno, criando vínculos de pertencimento, ou não, com o espaço urbano.

Palavras-chave: televisão, memória, cidade, identidade, cultura.

* Christina Ferraz Musse é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, faz parte do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da instituição, e é líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania, vice-líder do Grupo de Telejornalismo da Intercom, além de ser uma das coordenadoras do GT de Comunicação Visual e Audiovisual da Rede Alcar. E-mail: musse@terra.com.br.

Introdução

Resgatar a memória da televisão em uma cidade do interior do Brasil, nos últimos 60 anos, possibilita um mergulho na história do país, por um olhar que se desloca do centro e se dirige na direção incerta daquilo que é periférico, instável e incerto. Algumas das constatações que são averiguadas ao longo do percurso são apenas um reflexo daquilo que ganha corpo nas grandes cidades. Outras revelam uma história que poderia ter sido diferente, se o país também tivesse se posicionado de outra forma em relação ao capital global. Afinal, foi na virada dos anos 50 para os 60, que o Brasil, finalmente, começou a deixar para trás a marca identitária de exportador de matéria-prima. Ingressava-se no cenário internacional, através da urbanização crescente, que dava vida a uma classe média, ávida pelos reluzentes produtos da indústria automobilística e seduzida pelo apelo consumista da publicidade multinacional, que ganhava as páginas das revistas, ou o nascente espaço dos programas de TV. A introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um período de grandes mudanças na vida social, econômica e política.

No início dos anos de 1960, existiam quinze emissoras de televisão operando nas mais importantes cidades do país. Entretanto, só quando os efeitos do consumo de produtos industrializados cresceram e o mercado se consolidou foi que as emissoras de televisão se tornaram economicamente viáveis como empresas comerciais e começaram a competir pelo faturamento publicitário. A fim de receber uma maior quantidade de anúncios, a televisão começou a direcionar seus programas para grandes audiências, aumentando assim seus lucros (MATTOS, 2010, p. 31).

Neste trabalho, pretendemos observar de que forma essas mudanças estruturais atingiram a prática televisiva numa cidade de porte médio, do interior do Brasil, e, assim, contribuíram para estabelecer ou não relações de pertencimento entre seus habitantes e o espaço urbano. Para tanto, optamos por uma referência teórica baseada nos Estudos Culturais, para entender a construção

das identidades e das relações de pertencimento na contemporaneidade. Na investigação empírica, lançamos mão da História Oral, com a coleta de vários depoimentos que ilustram a nossa pesquisa. Muitos dos assuntos investigados não têm registro arquivístico ou documental. São impressões e sentimentos que vêm à tona através da aplicação de técnicas utilizadas pela História Oral. Assim é possível revitalizar memórias que, de outra forma, estariam fadadas ao esquecimento. Para Thompson:

Não se pode operar na vida sem essa memória; ela é a parte mais central da consciência humana ativa, e é essencialmente oral. Para nos lembrarmos dela, podemos ser auxiliados por documentos escritos, mas grande parte depende só de nossa memória oral. Sem a memória pessoal não podemos viver, não podemos ser seres humanos (THOMPSON, 2006, p.18).

Thompson não define a História Oral como método ou disciplina. Ele encontra nela “abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas” (*id. ibid.*, p.20). Portanto, o autor considera a História Oral como campo interdisciplinar e defende que ela “é parte dos estudos culturais em geral, pois se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas” (*id. ibid.*, p. 20).

Na sequência de fragmentos aqui relatados, observamos a incorporação de novas vozes e percepções àquela história já sistematizada. Fontes normalmente não ouvidas nas narrativas da mídia ou dos registros oficiais revelam aspectos novos da cidade e de seus personagens, permitindo um entendimento mais amplo do que é a história narrada pela memória, isto é, pela emoção, uma “crônica do cotidiano”, no dizer de Ecléa Bosi (2003, p.15).

1. A TV como encantamento

Ao estudar a história da televisão brasileira, Sérgio Mattos aponta a primeira fase do veículo no país como a “fase elitista”, de 1950 a 1964, quando o televisor era considerado um luxo ao qual apenas a elite econômica tinha acesso (MATTOS, 2010). Regina Mota, ao se debruçar sobre os anos 60, defende que:

A televisão brasileira teve em sua história vários momentos épicos que constituem uma saga de criatividade, capitaneada cada qual por um time de heróis que soube contornar os limites técnicos e foi responsável pela invenção da sua linguagem. Vindos do rádio, da imprensa, do teatro e do cinema, os criadores da televisão brasileira contribuíram para a sua originalidade e qualidade (MOTA, 2010, p.137).

Em alguns momentos, os heróis dessa história tiveram origem até mais simples. Antes da inauguração oficial da TV Tupi de São Paulo, em 17 de setembro de 1950, Juiz de Fora, uma cidade do interior de Minas Gerais, localizada a cerca de 180 km do Rio de Janeiro e 270 km de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais), experimentou o protagonismo em relação à transmissão de sinais televisivos. Foi através do técnico em eletrônica Olavo Bastos Freire que, logo depois do final da Segunda Grande Guerra, conseguiu importar dos Estados Unidos alguns equipamentos e fazer, na cidade, a primeira demonstração pública de TV na América Latina.

No dia 23 de setembro de 1948, ele realizou a primeira transmissão oficial totalmente eletrônica em circuito aberto, transmitindo imagens do Clube Juiz de Fora, na Av. Rio Branco, Centro, onde ficou o transmissor, para a loja comercial Casa do Rádio, na Av. Getúlio Vargas, onde foi instalado o receptor (MUSSE; RODRIGUES, 2010, p.2).

Olavo Bastos Freire foi também o responsável, no “país do futebol”, pela primeira transmissão esportiva de uma partida do esporte, durante a comemoração do centenário de fundação do município de Juiz de Fora, em maio de 1950, quando transmitiu o jogo entre o Tupi F.C., time local, contra o Bangu A. C., do Rio de Janeiro. O ineditismo do fato foi manchete no principal noticiário radiofônico da época o *Repórter Esso* (*id.ibid.*, p.2).

A primeira constatação que fazemos a partir desses registros é a do fascínio que a televisão, desde sempre, exerceu sobre homens e mulheres comuns. Neste sentido, a TV, como um aparelho possível de ser construído pelas hábeis mãos de um técnico em eletrônica, era um objeto passível de controle, um objeto que um curioso poderia confeccionar e exibir, como aconteceu em Juiz de Fora, ainda no final dos anos 40, antes mesmo, que o *tycoon* das comunicações no país, naquele momento, Assis Chateaubriand, inaugurasse, oficialmente, a primeira emissora de televisão do país.

Olavo Bastos Freire era um homem comum, anônimo, talvez um pouco mais tocado pela habilidade de lidar com válvulas e lentes, mas um homem comum, que teve a chance de se tornar um inventor, de exercer um protagonismo, de ser reconhecido como personagem da história. Talvez pudéssemos explicar o seu papel pelo fato de exercê-lo num contexto em que o poder econômico no Brasil era certamente menos centralizado e em que cidades de porte médio ainda tinham chances de ocupar a dianteira numa série de atividades.

Outro aspecto interessante é a observação não apenas da proximidade física, mas da relação afetiva, o afeto visto aqui como relação de vínculo e pertencimento, que se estabelece entre o aparelho de televisão e o homem comum. No final dos anos 50, Luiz Antônio Horta Colucci, advogado, jornalista e radioamador, exprime bem este sentimento. Ele não era um inventor, mas um homem curioso, com disposição suficiente para tentar de forma muito experimental captar as emissões das TVs cariocas. Os sinais, originários da TV Rio, via Morro do Sumaré, eram recebidos numa antena que o próprio Colucci havia instalado no Morro do Cristo, no Centro de Juiz de Fora.

Devido à fragilidade do equipamento de transmissão, a gente usava essa expressão de que uma antena não podia enxergar a outra. Uma antena ficava virada de um lado do Morro lá para o Rio de Janeiro; a outra antena, logo abaixo da capela do Cristo, dirigida para a parte central da cidade. O equipamento era de pouquíssima potência, apenas 300 milivolts [0,3volts]. Com isso, nós alcançávamos apenas o centro de Juiz de Fora (COLUCCI, 2008).

Na verdade, a baixa qualidade e a interrupção frequente do sinal não chegaram a incomodar os consumidores que, seduzidos pela novidade, começaram a adquirir aparelhos de TV na Casa do Rádio e também na loja Emerson, entre cujos sócios encontrava-se o próprio Colucci, que ainda defende ter sido o primeiro dono de um aparelho de TV na cidade, sem contar aquele da família do então general Francisco de Assis Gonçalves, que, por ter sido comprado nos Estados Unidos, apenas funcionava como enfeite decorativo na casa do militar.

Nunca fomos tão “modernos”, poder-se-ia pensar. Mas as certezas seriam abaladas pela ruptura do golpe militar de 1964 que, curiosamente, é de certa forma deflagrado pelas tropas da 4ª Região Militar, na cidade de Juiz de Fora. Como relembra o jornalista Wilson Cid, esta foi a primeira e a única vez em que a cidade apareceu no *New York Times* (CID, 2008). Homem de imprensa, editor-chefe do mais importante jornal de Juiz de Fora, Cid participou dos primórdios da televisão na cidade, época em que os Diários Associados sonhavam em estender o seu império audiovisual para além das fronteiras das capitais e criaram, em Juiz de Fora, aquela que foi provavelmente a “primeira TV pirata do país” (FRIAS, 2008), a TV Mariano Procópio, que não tinha sede (e nem concessão pública do governo para funcionar), mas, através de uma antena, localizada no alto do Morro do Arado, em Linhares, zona Sudeste da cidade, chegou a fazer várias transmissões de eventos importantes, utilizando-se dos funcionários dos Diários Associados.

Não sendo uma emissora de televisão com programação efetiva, com periodicidade, ela passou a ter realizações esporádicas. Por exemplo, nós tínhamos o Seminário de Integração Regional da Zona da Mata, com prefeitos, deputados e o governador reunidos aqui. Nós recebíamos então um equipamento da TV Itacolomi [de Belo Horizonte], que era Associada, e fazíamos um programa para ela, em nome da TV Mariano Procópio (CID, 2008).

A TV Mariano Procópio, canal 7, veiculou, localmente, de 1961 a 1963, o *Telefoto Jornal*, que ia ao ar, depois do *Repórter Esso*, e, mais tarde, de 1966 a 1968, um bloco de cinco minutos dentro do *Jornal da Tarde*, apresentado, na época, por Íris Lettieri, nos estúdios do Rio de Janeiro.

Apesar da relação muito próxima, quase que tática, entre a TV e os habitantes da cidade, já surgiam interesses maiores e mais poderosos em relação ao veículo. Em Juiz de Fora, os Diários Associados, da TV Mariano Procópio, brigavam pela concessão pública e enfrentavam os interesses do grupo do empresário Sérgio Mendes, das Rádios Industrial e Difusora. Enquanto os primeiros se alinhavam com interesses de partidos conservadores, como a UDN (União Democrática Nacional), os outros tinham ligações com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) do deputado e sindicalista juiz-forano Clodsmith Riani, amigo pessoal do então presidente João Goulart. É o que nos dá a entender o jornalista Wilson Cid:

Havia tanta disputa política, que eu vou dizer uma coisa a você: no dia 31 de maio de 1963, aniversário da cidade, eu embarquei num avião com o presidente, no Rio, para entrevistá-lo para a rádio. O Sérgio Mendes tinha me determinado o seguinte: no momento em que o avião tocasse o chão do aeroporto da Serrinha, que eu convidasse o presidente para que, no ano seguinte, estivesse em Juiz de Fora, na mesma data, para inaugurar a TV Industrial, e eu fiz isso. Só que o destino do João Goulart foi outro. Ele não estaria na presidência da República em maio do ano seguinte, e teria sido derrubado pelo golpe militar (CID, 2008).

Mesmo sem a presença de Jango, a TV Industrial foi inaugurada em Juiz de Fora, com toda a pompa e circunstância, em 29 de julho de 1964, e é considerada a primeira emissora geradora do interior brasileiro. A televisão tinha características exclusivamente locais e conseguia gerar 80% da sua programação com produções dos mais diversos gêneros: programas educativos, jornalísticos, de auditório, e de variedades. Esta é uma informação fundamental: a televisão no Brasil nasceu regionalizada, além de, certamente, marcada pela lógica comercial. Um dos maiores sucessos era o programa esportivo *Camisa 10*, transmitido aos domingos:

O programa não tinha compromisso com a informação, o programa tinha compromisso em debater. A TV Industrial terminava a transmissão dos jogos e o torcedor subia para o Morro do Imperador, onde era o estúdio, por sinal, um belíssimo estúdio, sob uma torre helicoidal, talvez a mais linda que pudesse ter uma TV brasileira. O Carlos Sampaio e o Sebastião Helvécio representavam o Fluminense; o Geraldo Mendes representava o Botafogo; o José Eduardo Araújo representava o Flamengo, enfim, cada um representando um time, debatendo e discutindo. A partir da exibição dos *tapes* dos gols, discutia-se: “Foi impedimento? Não foi?”. E aquilo tomava a audiência dos domingos, era a paixão. Estendiam a bandeira do clube, discutiam. Então, a TV Industrial conseguia audiência por que ela focalizava rigorosamente as coisas de Juiz de Fora (MAGELA, 2008).

A primeira curiosidade deste depoimento diz respeito à última frase do radialista Geraldo Magela que, ao se referir aos times de futebol do Rio de Janeiro, os classifica como sendo “coisas de Juiz de Fora”. A cidade, mais próxima do Rio de Janeiro do que da capital do estado, Belo Horizonte, tem a tradição de torcer pelos times cariocas. Esta possibilidade de adequar a programação ao desejo do espectador foi emblemática, durante a existência da TV Industrial e, curiosamente, quando a TV foi vendida para a Rede Globo, na década de 80, um dos primeiros

problemas constatados foi a aversão da audiência à transmissão dos jogos do Campeonato Mineiro.

Outra observação importante é a criatividade da “grade” de programação que, ainda na década de 60, conseguiu criar fórmulas de programas que são repetidas até hoje, pelas emissoras abertas e também pelas pagas. Geraldo Magela gosta de relembrar o compromisso da TV com a cidade e também o pioneirismo. “Fizemos o primeiro comício ao vivo, o primeiro programa de *talk show* ao vivo, transmitíamos partidas de futebol do Rio de Janeiro, às quartas e aos domingos, ao vivo, geradas pela TVE, via Embratel” (MAGELA, 2008).

Na década de 60, fazia-se praticamente rádio na TV. Na Industrial, uma mulher, Marilda Ladeira, comandava o telejornal diário. Às 18 horas, entrava no ar *A hora é notícia*:

O telejornal tinha um formato peculiar: contava com 16 quadros de variedades e era apresentado por quatro locutores. Entre os quadros, havia: Crônica Editorial de Abertura, Sociedade (Coluna Social), Horóscopo, Política, Polícia, Cidade, Esportes, Artes, Imóveis (Classificados), Literatura, etc. Cada quadro do programa era patrocinado por uma empresa diferente. As imagens se limitavam ao que era transmitido ao vivo do estúdio (MUSSE; RODRIGUES, 2010, p. 8).

A participação das pessoas nesta televisão era intensa. Não havia uma audiência desconhecida, mas uma vizinhança que participava presencialmente da programação, o espectador que se confundia com o personagem e virava notícia na TV.

Eu fiz minha primeira aparição num estúdio de televisão em 1964. Eu estudava no Colégio Santos Anjos e a gente fez um trabalho de fim de ano, em que cada classe montava um aspecto do povo brasileiro. E eu era um dos lavradores,

tinha os negros, tinha os índios. E apresentamos essa montagem lá no estúdio da TV Industrial, no Morro do Cristo. E a única lembrança que eu tenho é de ter passado mal atrás da arquibancada, por causa do calor provocado por uns refletores enormes (BERNARDES, 2009).

Esta lembrança afetiva e até mesmo bucólica da televisão muda totalmente na memória do hoje produtor Guilherme Bernardes, quando ele se refere ao momento seguinte, da década de 70, quando a televisão, de instrumento de pertencimento e vínculo se transforma, nas palavras dele, em instrumento de alienação:

Nos anos 70, eu era militante de grupo estudantil, participei da reorganização da UNE [União Nacional dos Estudantes]. Eu era militante da JUC [Juventude Universitária Católica]. Então, para nós, a televisão era um veículo de alienação. E esse projeto da grande aldeia, da aldeia global, era um projeto de dominação através da informação, por que esse veículo era um veículo muito restrito. Ele não era um veículo que estava disponível para os movimentos populares e para a informação democrática. Ele estava na mão, controlado por grandes grupos ligados ao governo. Existia e existe ainda uma relação promíscua entre os proprietários dos meios de comunicação e os governos (BERNARDES, 2009).

Na opinião de Regina Mota, “a relação do telespectador da televisão brasileira cristalizou-se de forma negativa durante o período da Ditadura” (MOTA, 2010, p.142). Paraphrasing Fernando Barbosa Lima, que foi o diretor de TV responsável pela criação de programas que marcaram época como o *Jornal de Vanguarda*, nos anos 60, e *Abertura*, no final dos 70, Mota registra que, à época, os intelectuais não apenas criticavam como desprezavam qualquer produto televisual, os estudantes perderam o interesse pela política e os operários e sindicalistas foram amordaçados. “A classe média assistia à TV Globo e acreditava no milagre brasileiro do governo Médici. ‘Uma grande regressão’, concluía [Barbosa Lima]”. (*id. ibid.*, p. 142)

Podemos pensar assim, à maneira de outra pesquisadora, Marialva Barbosa, que a popularização da TV durante a ditadura militar se tornará essencial para “a construção de um pensamento único num regime de ausência de democracia no plano político e onde vigora o controle rigoroso da sociedade política em relação à sociedade civil.” (BARBOSA, 2007, p. 180). De certa forma, apesar da abertura política e do retorno ao regime democrático, pouco se evoluiu em relação à comunicação.

2. O estranhamento da TV

O pesquisador Sérgio Mattos registra no período de 1964 a 1985 duas fases distintas e fundamentais para a compreensão do modelo que se tornou hegemônico até os dias de hoje. Inicialmente, Mattos cita a fase populista, de 1964 a 1975, quando, segundo ele, a televisão era considerada um modelo de modernidade, com programas de auditório de baixo nível que dominavam boa parte da programação. Em seguida, o período de 1975 a 1985, que o pesquisador denomina de fase do desenvolvimento tecnológico, quando as redes de TV se aperfeiçoam e começam a produzir mais e com maior qualidade visando inclusive à exportação.

Para nosso entendimento, do ponto de vista das emissoras regionais, é a partir de meados dos anos 70, que elas vão se descaracterizando cada vez mais, sem condições de competir com os grandes conglomerados de comunicação, estimulados pelo governo militar para conformar a “nação brasileira”, nos moldes do que estava previsto na doutrina de Segurança Nacional. Não era só a infraestrutura de satélites e do sistema de micro-ondas; os equipamentos eram mais leves e o videoteipe substituía os filmes com a vantagem de uma edição mais rápida e segura. Se havia, por um lado, a criação de um grande número de novas emissoras, elas exibiam uma programação quase que totalmente idealizada e executada nos grandes centros, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo.

Marilda Ladeira não poupa críticas à venda da TV Industrial para o sistema Globo, evidenciando que, ao contrário da emissora local, o interesse dos executivos, era apenas garantir um *link* para Belo Horizonte e Brasília:

A mim, você não me engana [referindo-se a Otávio Fagundes, executivo responsável pela transação]. Você não veio para Juiz de Fora, para mostrar Juiz de Fora. Você veio para Juiz de Fora para colocar um *link* em Belo Horizonte e, daí, um *link* em Brasília. Você veio comprar a TV Industrial com vistas para Brasília, não para Juiz de Fora (LADEIRA, 2008).

A instalação da TV Globo de Juiz de Fora, em abril de 1980, veio finalizar uma década, fechar um ciclo. Se a TV Industrial não tinha mais condições de competir no mercado centralizado e que exigia grandes investimentos de capital para ser competitivo, a nova emissora iria reduzir ao máximo os investimentos em produção local. De acordo com dados de 1984, à época contabilizados pela autora, foram exibidas 51 horas de noticiosos locais, em comparação às 623 horas de noticiosos via satélite e 1010 horas de novelas e seriados.

Não havia mais espaço para debates e nem mesmo as grandes coberturas locais, como aquelas de Carnaval, quando as pesadas câmeras de estúdio da TV Industrial eram deslocadas para o centro da cidade, e, durante horas, faziam a transmissão do evento. A liberdade em relação à “grade” de programação não era mais possível. Era preciso, apesar da evidente profissionalização, estar atento às “entradas” em rede. Se há uma consciência quanto ao aprimoramento do “padrão de qualidade”, é inegável que a cidade aparecia cada vez menos na telinha da TV.

Mas, em 1990, com o surgimento da TV Tiradentes (que ficou no ar até 1999), a história dá uma reviravolta. Afiliada inicialmente do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), a emissora parece tentar se desvencilhar das amarras impostas pela afiliação e conquistar audiência ocupando mais espaço da programação com produção local. De acordo com Alice Arcuri, antiga repórter da emissora:

No início, as matérias eram gigantescas, tinha matéria de quatro minutos, cinco minutos [o padrão de tempo para as reportagens, na concorrente, à época, era de 1min30s]. Uma coisa que impressionava. A gente questionava o dono da emissora e ele respondia: “Não, vamos mostrar a cidade.” Não tinha esse problema. Se tivesse que invadir a

programação nacional, não tinha essa não, ele tirava do ar a programação nacional (ARCURI, 2008).

A TV Tiradentes disponibilizava mais tempo para o telejornalismo local do que a concorrente Globo, cerca de 20 minutos diários, nas duas edições do noticiário *Tiradentes*, além do *Tiradentes Semana*, em formato de revista, que era exibido aos sábados. Além disso, mantinha na sua “grade” de programação outras atrações locais, como programas de auditório e coluna social. A emissora teve a irreverência de cobrir pela primeira vez ao vivo o evento *Miss Gay*, realizado em Juiz de Fora, quando este tipo de atração ainda era ignorado pelas redes, além de garantir mais espaço na programação para outras atrações locais. Para muitos, a filosofia da TV Tiradentes tentava resgatar aquilo que tinha sido idealizado pela antiga TV Industrial. Não se sabem exatamente as razões, mas, provavelmente, por má gestão, o canal acabou vendido para a TV Alterosa (emissora de Belo Horizonte, afiliada ao SBT), em 1999, mas, antes, por curto período de tempo, retransmitiu as imagens da Rede Record.

Fato curioso neste período, que é denominado por Mattos (2010) de fase de transição e expansão internacional da televisão brasileira, e vai de 1985 a 1990, que a cidade de Juiz de Fora tenha tido a peculiaridade de ganhar a primeira concessão de TV educativa não governamental do país, hoje, afiliada à Rede Minas de Televisão. O grupo que recebeu a concessão tinha entre os seus sócios o mesmo empresário Josino Aragão que foi, durante muitos anos, o principal executivo da TV Tiradentes. O programa mais antigo da emissora é o *Mesa de Debates*, com uma hora de duração, que vai ao ar, ao vivo, às 11h, tem reprise às 19h, e se destina à discussão de temas de relevância local. A emissora, uma geradora da rede pública, faz parte de uma rede de comunicação privada, o Sircom – Sistema Regional de Comunicação -, que inclui ainda a Rádio Globo AM e o jornal *Diário Regional*.

Na sequência da fase que Sérgio Mattos (2010) denomina de fase da globalização e da TV paga, de 1990 a 2000, registra-se em Juiz de Fora uma tentativa inovadora de fazer televisão fechada, com qualidade, e com perspectiva de cobrir mais e melhor a cidade. Gisele Cid, que teve um programa na TV Visão,

implantada em 2003, em parceria com a Net, através do cabeamento de fibra ótica, comenta:

Apesar da globalização, de todas as informações do planeta e de outros planetas estarem no clique da sua possibilidade de descobri-las e de buscá-las, ao mesmo tempo, as pessoas sentem falta da sua aldeiazinha, aquela lá de trás, você sente falta disso. Então, a gente percebeu muito isso na Visão, que era a vontade das pessoas da cidade se verem. De ver a pessoa que você encontra no bar, de ver a pessoa que você encontra na faculdade, de ver o seu professor, de ver o seu colega (CID, 2009).

A emissora iniciou suas atividades através da transmissão ao vivo de um grande evento de moda, que acontece em Juiz de Fora, o *Fashion Days*. De acordo com o executivo da TV, Lúcio Paulo Alves Martins, também dono de uma das mais antigas produtoras de vídeo de Juiz de Fora, o convite feito pela Net à produtora cumpria uma exigência legal, mas também abria novas possibilidades. Apesar do pequeno número de assinantes, ele acredita que a repercussão inicial tenha sido muito boa.

Pelo fato de você ter um evento tão interessante como esse, quem não era assinante correu para assinar. E a gente teve notícia de pessoas que faziam acampamentos em casa de quem já era assinante. Então, ficava lá aquela galera, dez, doze pessoas assistindo. Isso foi muito interessante e isso deu para a Visão uma característica de uma emissora jovem, ágil, por que, modéstia à parte, o trabalho de televisão ao vivo era muito bom (MARTINS, 2008).

A TV Visão conseguiu em curto espaço de tempo montar uma “grade” variada de atrações, a maior parte delas, programas de entrevistas, certamente de menor custo, do que seriam os investimentos, por exemplo, em telejornalismo diário. Mas a falta de um planejamento comercial mais arrojado, de pesquisas que sustentassem a defesa da emissora junto aos anunciantes acabaram por minar o

projeto, que ainda conseguiu uma pequena sobrevivência quando, em 2007, iniciou a transmissão de alguns de seus programas pela TVE, até março de 2008.

Os anos 2000 também foram marcados, na cidade, pela inauguração da TV Alterosa, que ocupou o canal antes utilizado pela TV Tiradentes. Com um projeto mais “popular”, a televisão tentou inovar no formato, mas o conteúdo, sob vários aspectos, continuou conservador. A antiga editora, Gilze Bara, afirma que a ideia era fazer um telejornalismo facilmente compreendido pelo público: “A gente busca uma linguagem popular por que a nossa audiência é uma audiência basicamente popular. O maior público da Alterosa está nas classes C, D e E.” (BARA, 2008). Nessa linha, a TV procurou priorizar os laços com o espectador, mas de forma ainda tímida.

Novamente, recorrendo à classificação de Sérgio Mattos (2010), vemos que o autor aponta os anos de 2000 a 2010, como a fase da convergência e da qualidade digital. Os avanços, neste sentido, são mínimos, quando analisamos as emissoras de Juiz de Fora. A incorporação da nova tecnologia é cara, e as emissoras ainda trabalham com equipamentos analógicos, embora já tenham iniciado a aquisição de algum material. A necessidade de capitalização para os novos investimentos tem levado a uma maior concentração das empresas, não indicando uma perspectiva de maior diversidade de programação. No caso de Juiz de Fora, por exemplo, é sintomática a comercialização de metade da participação da emissora local da Globo (vendida, anteriormente, em 2004, para o empresário Omar Resende Peres) para a Rede Integração, com sede em Uberlândia, no oeste de Minas Gerais, e responsável, hoje, por toda a área administrativa da TV Panorama (denominação que a antiga TV Globo de Juiz de Fora adotou em 1998). O curioso é que são duas regiões do mesmo estado, mas distantes, e com características culturais muito diferentes. Mas a “fusão” atende à lógica do capital. Hoje há uma tendência a se replicar localmente o modelo centralizador das grandes redes, criando-se, a exemplo da RBS (afiliada da Rede Globo, no sul do país), redes regionais de comunicação. A Rede Integração promete para 2012 a digitalização do sinal da emissora de Juiz de Fora.

A última fase a ser caracterizada por Sérgio Mattos (2010) é a da portabilidade, mobilidade e interatividade digital, que teria começado em 2010 e se estenderia pelos próximos anos. Na verdade, é possível nas grandes cidades brasileiras, onde já trafega o sinal digital, que o espectador já tenha a sua TV de bolso, mas esta é uma realidade ainda distante das TVs regionais que sem capital para a realização de grandes investimentos aguardam soluções de governo (como facilidades de financiamento) para auxiliá-las na tomada deste passo fundamental.

Conclusões

A história recente da televisão brasileira, analisada do ponto de vista de uma cidade de porte médio, fora do eixo das metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, comprova a tendência a uma excessiva centralização da produção da informação, na direção contrária à desejada incorporação da diversidade. Até o momento, num país como o Brasil, de tantas diferenças regionais e locais, a tecnologia não levou a um conhecimento mais intenso do outro ou dos múltiplos outros que convivem no extenso território nacional. A televisão, veículo hegemônico no país, na transmissão de informações e de entretenimento, pode ser considerada como a principal responsável por cunhar aquilo que é considerado como uma identidade “nacional”, em especial instituindo um repertório comum de temas compartilhados por pessoas que vivem tão distantes e em realidades tão diferentes. A adoção de novas tecnologias, pelo menos até o momento, não diversificou este cardápio, mas há uma expectativa de que as redes de informação, em especial a internet, que já incorpora a TV, seja capaz de dar vez e voz àqueles que até o momento continuam à margem. Certamente, teremos uma cultura mais pulverizada, identidades mais fluidas e efêmeras, mas um cenário mais democrático no que se refere ao uso da televisão. Tal mudança exigirá uma mobilização intensa e efetiva de toda a população, mas, aliada às possibilidades tecnológicas, pode-se prever que um novo mundo é possível, assim como uma nova cidade, em que o espaço público, mediado ou não, será realmente ocupado.

Referências bibliográficas

Barbosa, Marialva. (2007): História cultural da imprensa – Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X.

BOSI, Ecléa. (2003): O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial.

Mattos, Sérgio. (2010): História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Musse, Christina Ferraz. (2008): Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora, MG: Funalfa.

Mota, Regina. (2010): O programa “Abertura” e a épica de Glauber Rocha. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. História da televisão no Brasil – do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, p. 137-155.

Thompson, Paul. (2006): Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). História falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p.17-43.

Musse, Christina Ferraz; Rodrigues, Cristiano José. (2010): Televisão e território: disputas simbólicas na produção e recepção do telejornalismo regional. Anais do Celacom. CD-ROM, São Paulo.

Arcuri, Alice. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Bara, Gilze. (2008): Entrevista realizada por José Eduardo Brum.

Bernardes, Guilherme. (2009). Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Cid, Gisele. (2009): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Cid, Wilson. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Colucci, Luiz Antônio Horta. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Frias, Domingos. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Ladeira, Marilda. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Martins, Lúcio Paulo Alves. (2009): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.

Tavares, Geraldo Magela. (2008): Entrevista realizada por Christina Ferraz Musse.